

A CENTELHA

JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

POR TODO O MUNDO A REVOLUÇÃO AVANÇA!



LEGISLATIVAS 2019

P4

EQUADOR: BALANÇO DE UMA LUTA REVOLUCIONÁRIA

P6

GREVE GERAL NA CATALUNHA

P10

EM DEFESA DO ABOLICIONISMO

P8



O QUE DEFENDEMOS

Os interesses da classe trabalhadora!

- O monopólio estatal do comércio externo e a nacionalização, sob controlo democrático de organizações de trabalhadores, de toda a banca e sectores chave da economia, assim como das cem maiores empresas nacionais.
- A suspensão imediata do pagamento da dívida pública, apenas com a compensação de pequenos investidores e com base em necessidade comprovada.
- O aumento do Salário Mínimo Nacional para 900€ como um passo rumo a um salário digno.
- A jornada de trabalho semanal de 35 horas para todos os trabalhadores e a reforma completa aos 60 anos ou após 35 anos de trabalho.
- Subsídios de desemprego, pensões e reformas mínimas ao nível do SMN.
- Acabar com todas as formas de trabalho precário. Fim dos falsos recibos verdes. Contratação colectiva em todos os locais de trabalho com 10 ou mais trabalhadores.
- Um plano nacional de pleno emprego que vise distribuir equitativamente o trabalho por toda a população activa, reduzindo a jornada laboral sem perdas salariais.
- Um plano nacional de habitação

que exproprie toda a propriedade abandonada e distribua equitativamente as habitações por toda a população, com rendas que sirvam apenas para a manutenção das infra-estruturas e estejam sob o controlo democrático de comissões de moradores.

- Nenhum corte nos serviços sociais! Orçamentos adequados às necessidades da população, suportados pelo aumento dos impostos sobre o grande capital.
- O acesso à educação, à cultura, à saúde, e ao desporto como direitos básicos, portanto, totalmente gratuitos.
- A nacionalização de todas as empresas de saúde, de todas as instituições de ensino e de toda a rede de transportes públicos sob controlo democrático de organizações de trabalhadores e utentes.
- O fim dos exames nacionais para efeitos de conclusão do ensino secundário e de ingresso no ensino superior. Um modelo de ensino e condições laborais dignas em todas as escolas, universidades e politécnicos, que garantam um acompanhamento educativo adaptado às necessidades e percurso de cada estudante.
- O funcionamento democrático dos sindicatos, com eleição regular de todos os dirigentes sindicais, mandatos revogáveis e remuneração dos sindicalistas a tempo-inteiro equivalente ao

salário médio dos trabalhadores representados.

Uma economia ecológica!

- A nacionalização do sector energético sob gestão democrática das organizações de trabalhadores.
- A substituição dos postos de trabalho nas empresas poluentes por postos de trabalho ecológicos.
- O investimento público para uma transição dos combustíveis fósseis para energias renováveis no menor espaço de tempo possível.

O combate a todas as formas de opressão!

- Legalização e direito à nacionalidade portuguesa para todos os trabalhadores imigrantes! Os mesmos direitos sociais e políticos para toda a classe trabalhadora!
- O fim da desigualdade salarial entre os géneros. Salário igual por trabalho igual!
- Educação sexual inclusiva nas escolas a partir do ensino primário.
- A integração nos programas escolares do estudo da luta contra o racismo, a xenofobia, o machismo, a LGBTfobia, a discriminação de pessoas com deficiência e todas as restantes formas de opressão.

• A completa legalização do aborto como um serviço de saúde igual a qualquer outro e o acesso gratuito a todos os métodos de contracepção disponíveis.

• Doze meses de licença parental paga para a mãe, para o pai ou para o casal.

• Criação de uma rede pública, de qualidade e gratuita de creches, jardins de infância, cantinas, lavandarias e lares.

• Nacionalização de toda a rede de creches existente, sob controlo democrático dos trabalhadores, encarregados de educação e famílias, e construção de infra-estruturas de qualidade adaptadas às necessidades da população.

O socialismo e o internacionalismo!

- O planeamento democrático da economia, através da organização de conselhos de trabalhadores, para responder às necessidades de toda a população e proteger o ambiente.
- A solidariedade com as lutas dos trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo. Um ataque contra um de nós é um ataque contra todos nós!
- Que no lugar da União Europeia do capital seja construída a união dos países da Europa e do mundo numa confederação socialista que garanta o direito à autodeterminação de todas as nações.

EDITORIAL

POR TODO O MUNDO, A REVOLUÇÃO AVANÇA!

Milhões de jovens e trabalhadores levantam-se contra o capitalismo a uma escala global. Para se ter ideia da magnitude desta onda revolucionária, é útil mencionar alguns países e regiões onde se deram ou dão sublevações de massas ou crises revolucionárias este ano: Argélia, Sudão, Haiti, Honduras, Argentina, Uruguai, Costa Rica, Porto Rico, Panamá, Chile, Equador, Catalunha, França, Iraque, Líbano, Hong-Kong, Caxemira... E em outros tantos países, os movimentos feminista e ecologista encham as ruas das cidades.

O capitalismo está neste momento a atravessar uma das maiores convulsões políticas da sua história, e prestes a entrar naquela que será, ao que tudo indica, igualmente a maior crise cíclica até hoje. Vivemos um período de revolução e contra-revolução.

A burguesia sofre derrotas!

Os elos mais fracos da cadeia capitalista são os que ameaçam quebrar-se primeiro. As crises revolucionárias dão-se em grande parte no mundo neocolonial, onde o capital imperialista explora trabalhadores e camponeses sem tantos empecilhos democráticos como aqueles que tenta dissolver também nos seus países de origem. Foi assim no Sudão, onde um regime de décadas caiu em semanas.

No Equador, no espaço de 12 dias, o poder da burguesia esfumou-se (pp.8-9). O presidente, Lenin Moreno, viu-se obrigado a deslocar o governo da capital, Quito, para Guayaquil. As manifestações terminaram com uma clara derrota do governo equatoriano — ou seja, do FMI e do capital imperialista —, ainda que a vitória dos trabalhadores e camponeses tenha sido reduzida ao mínimo pela política equivocada de pactos e conciliação seguida pela direcção do movimento. Foi possível tomar o poder!

No Chile, à data da escrita deste editorial, Sebastián Piñera está em risco de cair mesmo após a demissão de todo o governo, a reversão da subida do preço dos transportes e a promessa de um

“programa social” que deve incluir a subida do salário mínimo e pequenas medidas paliativas. E o mesmo sucede no Líbano, onde o primeiro-ministro, Saad Hariri, se demitiu sem que isso impedisse um redobrar do entusiasmo e da combatividade das massas que exigem não só melhorias substanciais nas suas condições, senão um sistema económico ao serviço das necessidades humanas.

E em todos estes países, o terrorismo de Estado é monstruoso. Tanto no Equador como no Chile — onde o presidente declarou “guerra” ao povo —, manifestan-

“A CONSTRUÇÃO DE UMA ESQUERDA COMBATIVA E DE UMA DIRECÇÃO REVOLUCIONÁRIA É A TAREFA DO MOMENTO.”

tes enfrentaram munição real e até mesmo granadas de fragmentação. Isto é apenas um passo além daquilo que vemos nos países “desenvolvidos”, como em França e na Catalunha, onde as bastonadas e pontapés se viram acompanhar de balas de borracha e granadas atordoantes, causando olhos estourados e membros amputados, ou até de atropelamentos intencionais com carrinhas da polícia. No Iraque, como no Sudão, reprime-se

“ESTÁ CLARO QUE A REAL CORRELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE AS CLASSES É FAVORÁVEL AOS EXPLORADOS.”

protestos com rajadas de metralhadora... e o movimento mantém-se firme!

Esta violência pôs a nu o carácter de classe de todos estes Estados. Milhões de explorados e oprimidos, pela experiência da luta, avançam cada vez mais rapidamente para as necessárias conclusões. E tudo isto apenas meses depois de toda a esquerda reformista declarar que se verificava uma viragem à direita, que a correlação de forças era desfavorável à classe trabalhadora, que a consciência das massas estava atrasada. Tal como a burguesia, esses “quadros” e “dirigentes” reformistas foram surpreendidos pela onda revolucionária. Ao procurar ver e fazer ver nesta rebelião uma simples

defesa da “democracia” em abstracto — que é sempre, na sociedade burguesa, a democracia ao serviço dos capitalistas — e ao cingir as suas reivindicações ao quadro dos regimes em vigor ou, quanto muito, ao apelo a novas constituições, os dirigentes reformistas só revelam a sua falência política absoluta. O que se exige nas ruas de todos estes países é impossível sob capitalismo, mas é perfeitamente possível de conseguir.

Porque está claro, de uma vez por todas, que a real correlação de forças entre as classes é favorável aos explorados ago-

ra. A burguesia, em todos estes países, sucumbe ao pânico e à desmoralização, vê-se incapaz de vencer pela sua própria força, incapaz de recuperar o equilíbrio e restabelecer a normalidade do processo de acumulação capitalista — ficando dependente, aliás, como no Equador, da estremeza de visão e da cobardia dos dirigentes reformistas. Mas a chegada da crise, neste contexto, significará uma intensificação ainda mais acelerada da luta de

por outro lado, será o início de uma brutal ofensiva da burguesia contra os trabalhadores e a juventude, tal como aconteceu com a grande recessão de 2008. O choque entre as classes vai ser tremendo, mas não nos falta a força de que precisamos para vencer aqui e no mundo! O que nos falta é uma direcção revolucionária.

Abandonar a política de conciliação de classes seguida pelas direcções do BE e do PCP é uma necessidade que se imporá implacavelmente no próximo período. Ao teimar em ser as acompanhantes do PS e, simultaneamente, em alentar o mais boçal sectarismo à esquerda, estas direcções tornam-se não só inúteis, como nocivas — o que ficará muito claro durante esta crise aguda que atravessa o capitalismo. E se estes reformistas julgam que a “democracia” portuguesa será diferente da espanhola ou da francesa quando chegar o momento de reprimir os trabalhadores e a juventude, aguarda-os uma amarga surpresa.

É urgente construir, na luta e pelas bases em todas as organizações da esquerda e do movimento operário, uma frente unida sobre um programa que dê resposta às necessidades dos trabalhadores e da juventude, uma acção baseada apenas na força da classe trabalhadora, nos métodos da classe trabalhadora e nos fins da classe trabalhadora — que não são nada menos do que o derrube do capitalismo.

O capitalismo é incapaz de resolver um único dos problemas que enfrenta a humanidade, mas nem por isso cairá sozinho. A construção de uma esquerda combativa e de uma direcção revolucionária, em preparação para o enfrentamento que se anuncia, é a tarefa do momento.

UM MUNDO NOVO É POSSÍVEL!

JUNTA-TE À ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA INTERNACIONAL!

JUNTA-TE À LUTA PELO SOCIALISMO!

APOIA A ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA!

Décadas de luta contra o capitalismo ensinaram-nos a necessidade de finanças fortes numa organização que luta pelos interesses dos explorados e, em última instância, para acabar com a exploração. As nossas tarefas, as campanhas e intervenções junto dos jovens e trabalhadores, exigem dinheiro. Mas para manter a liberdade de crítica e acção, não podemos depender de financiamento do Estado ou de empresas. Uma organização revolucionária tem de depender unicamente da classe trabalhadora!

Deixamos por isso um apelo: se concordas com o nosso programa, faz um donativo.

IBAN: PT50 0035 0041 00008179 330 96

JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Gráfica: Artes Gráficas Lisboa.
Beco do Alegrete 2,
1100-378 Lisboa

esquerdarevolucionaria.net

geral@esquerdarevolucionaria.net

/esquerdarevolucionaria.centelha/

**ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA**



António Costa celebra a vitória do PS nas eleições de 6 de Outubro, 2019. Foto: PS/Portugal.

LEGISLATIVAS 2019: A “GERINGONÇA” FORTALECEU O PS É PRECISO CONSTRUIR UMA ESQUERDA COMBATIVA!

Ismail X

Como todas as eleições burguesas, as eleições do dia 6 de Outubro são uma imagem estática e distorcida da luta de classes. A imagem que projectam, que é a de um retorno à estabilidade, oculta um processo de polarização social iniciado com a recessão de 2008 e que nestas eleições se traduziu numa dura derrota eleitoral da direita. Os resultados do PSD e do CDS são um desastre. Ao mesmo tempo, o voto no PS e o aumento do número de deputados do partido de Costa não significam nenhum cheque em branco à sua política.

Com uma economia a dar sintomas óbvios de desaceleração, e na ausência de uma forte oposição de esquerda, sectores das camadas médias viram na estabilização política oferecida pelo PS a possibilidade de consolidar a melhoria das suas condições materiais ou pelo menos de não as piorar após estes anos de crescimento económico. O voto útil da esquerda voltou a concentrar-se no PS, alimentado pelo sentimento de optar pelo mal menor. Mas não há qualquer ilusão cega, como aliás demonstra a forte absten-

ção, que excede 45%.

O processo de polarização social, a decorrente radicalização de crescentes camadas da classe trabalhadora e da juventude que se expressam tão claramente na tremenda onda de greves dos últimos anos, no cada vez mais forte movimento feminista, na luta da juventude

“EM NÚMERO DE VOTOS, A DIFERENÇA CHEGOU A MAIS DE 1 MILHÃO A FAVOR DA ESQUERDA. É UMA DERROTA ESTRONDOSA PARA A DIREITA!”

contra as alterações climáticas e outros fenómenos similares, tiveram uma expressão distorcida nestas eleições. E não podia ser de outra forma.

O BE e o PCP, sob as suas actuais direcções, seguiram uma política de conciliação de classes e funcionaram como estabilizadores do regime, ao invés de se constituírem como veículos para expressar a raiva que trabalhadores e jovens nutrem cada vez mais conscientemente contra o capitalismo em todas as suas manifestações — a crise de habitação, a precariedade, os salários de miséria e o assédio laboral, a violência machista e racista, a brutalidade policial,

a iminente catástrofe ambiental.

Estas eleições foram, assim, marcadas por quatro anos de conciliação de classes e pelo esforço tremendo de estabilização do regime democrático burguês. As burocracias do BE e do PCP suportaram parlamentariamente o PS mesmo quando muitas das suas medidas se dirigissem

contra os interesses e a organização da classe trabalhadora e contra os direitos democráticos. Mas a débil economia portuguesa, que cresceu assente no turismo e na mais obscena especulação imobiliária, vai ver-se afectada por uma nova crise capitalista que criará as condições para uma nova e extremamente dura etapa da luta de classes.

A derrota histórica da direita

O primeiro aspecto a assinalar nos resultados eleitorais, é que a esquerda parlamentar aumentou a sua representação na Assembleia da República, passando de 122 para 138 assentos. E se contarmos à es-

querda com os deputados do PAN, que pese embora o seu programa teve um crescimento assente no combativo e jovem movimento ecologista, a relação entre a esquerda e a direita no parlamento é de 142 para 84 — já incluindo nestes últimos o Iniciativa Liberal e o Chega. Em número de votos, a diferença chegou a mais de 1 milhão a favor da esquerda. É uma derrota estrondosa para a direita!

O PSD e o CDS-PP perderam 356.920 votos nestas legislativas, face a 2015, quando se apresentaram coligados. O CDS despenhou-se pateticamente, com 216.448 votos, ou 4,25%. Assunção Cristas, a reacçãoária que deu nome à lei de liberalização do mercado imobiliário e que se arvorava primeira-ministra há escassos meses, demitiu-se antes mesmo da eleição do primeiro deputado do seu partido. O PSD, se foi capaz de poupar-se a um resultado catastrófico, pode agradecer-lo à direcção do PS, que lhe providenciou todo o tipo de escândalos, desde casos de corrupção e nepotismo até ao episódio em que António Costa se exaltou com um idoso numa arruada, e passando pelo “caso Tancos”, a investigação que implicou Azeredo Lopes, ex-ministro da Defesa Nacional, como suspeito de envolvimento num roubo de material militar — ou seja, de tráfico de armas. Mas nada disto foi suficiente para travar a derrota da direita. Depois de sondagens que chegaram a colocá-lo abaixo de 25%, o PSD teve 1.420.553 votos, ou seja, 27,90%.

Estes resultados explicam-se no essencial por três factores. Em primeiro lugar, porque em todas as questões de fundo, em tudo o que verdadeiramente importa à classe dominante, a direita não tem qualquer alternativa ao programa do PS. O governo de Costa defendeu os lucros do grande capital com o mesmo zelo que caracterizou o governo de Passos Coelho. Além disto, Costa conseguiu uma relativa paz social com o apoio da esquerda, e foi também com este apoio capaz de esmagar greves sempre que essa paz foi perturbada. Em suma, no contexto de crescimento económico

dos últimos anos, o executivo do PS foi, sem sombra de dúvida, muito mais útil à burguesia do que teria sido um executivo da direita.

Em segundo lugar, porque a pequena-burguesia se viu em 2015 saída de um período de falências em massa sob um governo PSD-CDS para viver quatro anos de melhoria económica sob um governo PS, e isto só podia traduzir-se num reforço do PS entre as camadas médias.

Por último, e uma vez mais, porque vastas camadas da classe trabalhadora e enormes sectores da juventude estão a virar profundamente à esquerda. Em mais de 70 dos 308 concelhos de Portugal, e particularmente em concelhos mais jovens e com maior classe trabalhadora, o PSD teve menos de 20% — p.ex.: Amadora (18%); Loures (18%); Covilhã (17,8%), Marinha Grande (16,6%), Setúbal (15,9%), Almada (15,8%), Barreiro (10,2%). Quando não engrossaram a abstenção, os trabalhadores e os jovens votaram massivamente na esquerda, contra a direita e a extrema-direita, contra o machismo, o racismo, a destruição do ambiente.

Agora, a nova recessão aprofundará fatalmente a polarização social no seio da pequena-burguesia, e isso coloca à direita apenas duas opções: a extinção ou a radicalização. Este processo de reorganização teve na eleição de um deputado do Chega e de um deputado do Iniciativa Liberal os seus primeiros sintomas parlamentares. Por isso, quando ao final da noite André Ventura prometeu que o Chega será a maior força política em Portugal dentro de oito anos, só os estúpidos se riram.

Se a esquerda mantiver a sua política actual, as condições para um crescimento futuro da extrema-direita apresentam-se como consequências possíveis da próxima grande recessão, com a decomposição do regime democrático burguês que ela causará. A crise colocará na ordem do dia o bonapartismo mais reacçãoário, à guisa de figuras como Trump, Salvini ou Bolsonaro. As políticas de empobrecimento e a repressão selvagem da classe trabalhadora não serão uma opção, mas verda-

deiramente uma necessidade para a burguesia. Ainda que o cretino misógino e racista à cabeça da extrema-direita acabe por ser outro qualquer, a ameaça de Ventura deve ser encarada com a máxima seriedade por todos os militantes e activistas da esquerda.

“CHAMADA A ESCOLHER ENTRE O ORIGINAL E AS CÓPIAS, A CLASSE TRABALHADORA REJEITA AS IMITAÇÕES.”

O crescimento do PS

Revigorado pelos quatro anos de “geringonça”, o partido de Costa teve 36,65% dos votos, o que, em números absolutos, foram 1.866.407 votos. O crescimento é de 118.722 desde as últimas legislativas.

Enquanto isto, o BE, manteve os seus dezanove deputados apesar da perda de 58.405 votos, ou seja, não menos de 10,6% dos votos de 2015! Ficou com 492.487, ou 9,67% do eleitorado.

Já a CDU, duramente castigada pelo papel de fura greves que tiveram as direcções do PCP e da CGTP durante os últimos quatro anos, ficou com 6,46%, perdeu 5 deputados e 115.202 vo-

“ESTAS ELEIÇÕES REVELAM UM AVANÇO DA CLASSE TRABALHADORA E DA JUVENTUDE.”

tos, numa derrota que se soma ao seu pior resultado de sempre em eleições autárquicas, em 2017.

Por fim, o Livre entrou no parlamento pela primeira vez — uma entrada diametralmente oposta à entrada do Iniciativa Liberal e do Chega.

Portanto, a vitória da esquerda não foi igual para todos os partidos. O peso do PS aumentou esmagadoramente dentro da esquerda, o que indica que BE e CDU — mas principalmente a CDU —, perderam eleitores para o partido de Costa.

De facto, o PCP chega ao final de quatro anos de “geringonça” não só eleitoralmente como também organicamente enfraquecido, e o BE, consolidando as suas posições parlamen-

tares, não é todavia capaz de crescer. Os programas destes partidos, não obstante os adornos linguísticos, revelaram-se, na prática, equivalentes ao programa de Costa. E esta é a razão pela qual o PS teve os seus melhores resultados precisamente nos concelhos onde os salários

estão abaixo da média nacional. Chamada a escolher entre o produto original e as diferentes cópias, a classe trabalhadora tende para a maior força política e rejeita as imitações.

Há que romper com a conciliação de classes!

A vitória de Costa coloca-o numa posição delicada, não porque ficou aquém da maioria absoluta e ainda precisa de pelo menos uma força da esquerda para aprovar orçamentos, mas antes porque terá de governar num novo ciclo de crise capitalista que vai extravasar em todos os aspectos a crise anterior e, portanto, que vai obrigá-lo a lançar uma nova onda de políticas

de austeridade.

Costa pretende repetir os seus acordos com todas as forças políticas. À esquerda, acordos declarados, a fim de manter a paz social; à direita, pontualmente, para salvar a banca, para manter as leis laborais da Troika e a liberalização do mercado imobiliário, enfim, para defender os interesses da burguesia.

Catarina Martins, falando pela direcção do BE, lamentavelmente, já se dispôs a repetir a receita de 2015. A CDU, por seu lado, tomou uma posição mais cautelosa de apoiar medida a medida, e foi secundada pelo Livre. O fundamental, no entanto, não é rejeitar acordos escritos, é rejeitar a conciliação de classes e a subordinação às políticas de

austeridade e de cortes sociais.

A direcção do PCP pode agora inflamar o seu discurso contra o PS, mas se continuar a afastar os seus militantes e activistas dos movimentos que não controla — e até mesmo a hostilizar estes movimentos —, se continua a contribuir para o esmagamento de greves como a dos enfermeiros e a dos motoristas de matérias perigosas, se continua a trair incontáveis lutas em locais de trabalho por todo o país — preservando o isolamento das acções ao invés de as fazer avançar rumo a uma luta unificada de toda a classe trabalhadora —, a sua crise vai aprofundar-se. Estará, como já escrevemos, a militar para a liquidação do seu próprio partido.

Por seu lado, a direcção do BE, concentrando a sua actuação no parlamento e restantes órgãos do Estado burguês e procurando subordinar os movimentos sociais à sua agenda eleitoral e à estabilidade do governo e do regime, estará a seguir o mesmo caminho.

Continuar esta política é desarmar os trabalhadores. E com a nova crise, a conciliação de classes será nada menos do que criminosa.

Uma leitura correcta destas eleições revela um avanço da classe trabalhadora e da juventude, a enorme força que temos. Para realizar todo este potencial, o que nos falta é construir uma esquerda combativa, com fortes raízes no movimento operário, na juventude e nos movimentos sociais, com um programa verdadeiramente socialista e alternativo ao programa de conciliação de classes e de submissão aos capitalistas que segue o PS. Precisamos de avançar com um programa de organização e de luta a partir dos locais de trabalho e de estudo. A tarefa do momento é a de unificar as numerosas greves e acções que têm lugar por todo o país, e de preparar os trabalhadores e a juventude para os choques da luta de classes no próximo período, erguendo um programa para a transformação socialista da sociedade!

ESTÁ NA HORA DA ORGANIZAÇÃO E DA LUTA!



Protestos no Equador, 10 de Outubro de 2019. Foto: Indymedia Ecuador.

EQUADOR: A INSURREIÇÃO DERRUBOU O “PAQUETAZO”! BALANÇO DE UMA LUTA REVOLUCIONÁRIA

Esquerda Revolucionária Internacional

Versão completa em esquerdarevolucionaria.net

Em lugar para dúvidas, no Equador viveu-se uma insurreição popular que encostou às cordas o regime de Lenin Moreno. A batalha contra a agenda neoliberal transformou-se num autêntico levantamento revolucionário.

Em Março deste ano o presidente do Equador fechava um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para obter um empréstimo de até 10 mil milhões de dólares (quase 10% do PIB do país!). As contrapartidas não tardaram a aparecer: a 1 de Outubro Moreno apresentava o já conhecido *Paquetazo*, um plano selvagem de cortes sociais e medidas de austeridade, que incluía a eliminação do subsídio ao preço dos combustíveis até triplicá-los.

A resposta da população não se fez esperar e os protestos estenderam-se rapidamente por todo o país. O contra-ataque de Lenin Moreno, declarando o estado de excepção, acendeu a

chama da insurreição sumando e unindo o movimento operário aos camponeses pobres e comunidades indígenas, dando lugar a uma grande greve geral no dia 9 de Outubro. O empurrão das massas foi tal que forçou Moreno a mudar a sede de governo de Quito para Guayaquil, enquanto a capital foi ocupada durante dias por dezenas de milhares de camponeses e trabalhadores.

Um duro ataque à classe trabalhadora

As políticas capitalistas e neoliberais do FMI semearam pobreza extrema, precariedade, destruição da economia, miséria e desespero. Das medidas impostas, a que mais indignação provocou foi a retirada dos subsídios aos combustíveis. A rede de transportes ferroviários e fluviais é sumamente escassa no Equador, tanto pela falta de investimento como pela acidentada cordilheira dos Andes e pela densidade da selva. O mínimo aumento no preço dos combustíveis significa a subida nos preços dos bens de primeira necessidade.

A reforma laboral também estimulou a fúria da população:

permitia que os contratos temporários (que afectam 60% da população activa) pudessem renovar-se com uma descida salarial de até 20%. Por outro lado, os funcionários públicos viam reduzidas as suas férias pagas de 30 para 15 dias, e teriam de entregar o salário de um dia de trabalho sob a forma de um imposto extraordinário. Isto num país onde o salário mínimo oficial apenas chega aos 400 dólares e 35% da população recebe, em média, menos de 50 dólares mensais. Se levadas a cabo, estas medidas seriam um golpe sem precedentes às condições de vida da maioria da população com consequências sociais catastróficas.

As massas entram em acção

A perda de controlo por parte do Estado foi extraordinariamente veloz. O que começou como uma greve dos transportes transformou-se imediatamente num levantamento generalizado por todo o país, que foi estimulado pelo anúncio da declaração do estado de excepção e o destacamento do exército nas principais cidades.

A dureza da repressão impul-

sionada pelo governo viralizou-se pelas redes sociais. Viram-se polícias em motas a perseguir jovens manifestantes até os isolar um a um para poder agredi-los e detê-los indiscriminadamente. Feridos por balas de borracha na cabeça e zonas vitais, e inclusivamente o lançamento de dois jovens de uma ponte por parte de elementos fardados não identificados. A descrição destas tentativas de esmagar o movimento usando as forças repressivas poderia encher muitas páginas. O saldo após quase duas semanas de protestos foi de 7 mortos, cerca de 600 feridos e mais de um milhão de detidos.

Tal como em tantas outras ocasiões ao longo da história, o chicote da repressão não fez mais do que acirrar a revolução. A greve geral convocada pela Frente Unitária dos Trabalhadores (FUT), a maior central sindical, e pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) paralisou o país, bloqueando não só estradas como províncias inteiras, e tomando a cidade de Quito, capital do país.

Força das massas e

debilidade da burguesia: uma autêntica situação pré-revolucionária

Embora Quito tenha sido palco de mobilizações massivas e da ocupação da Assembleia Nacional pelos manifestantes por algumas horas, nas províncias de Pastaza, Napo, Morona Santiago e Azuay, a ocupação das sedes de governo foram permanentes, e houve tentativas de assembleias populares autónomas, onde, de acordo com diferentes fontes, milhares de pessoas participaram. Em muitas outras províncias, os acessos foram controlados por conselhos de camponeses pobres e indígenas. A radicalização do movimento foi tal que, em resposta ao estado de excepção, a CONAIE proclamou nestas regiões o seu próprio estado de excepção, chegando a travar o avanço das forças repressivas e até a deter e desarmar dezenas de efectivos.

Por seu lado, o governo manteve-se entrincheirado em Guayaquil. A escolha desta cidade, tradicionalmente conservadora, não foi casual: é a segunda mais importante e o principal porto do país, possui uma ampla camada de pequena-burguesia branca ligada ao comércio, beneficiária do *Paquetazo* e que demonstrou a sua disponibilidade para defender o governo de Moreno, mobilizando-se em “defesa da paz e da liberdade”. Não obstante, estas manifestações foram um fracasso absoluto, reunindo poucas centenas. Isto reflecte a enorme debilidade do executivo de Lenin Moreno e da classe dominante equatoriana.

Outro indicador disto é o isolamento internacional de Moreno. À excepção do golpista venezuelano Juan Guaidó e de Pedro Sánchez, foram muito poucas as vozes que defenderam o governo equatoriano, que chegou a estar à beira do precipício. Segundo o jornal da burguesia equatoriana, *El Universo*, muitos deputados da Assembleia Nacional equacionaram forçar a saída de Moreno.

Por outro lado, o ex-presidente Rafael Correa deu um apoio tímido ao levantamento, que não encontrou eco no movimento, chegando ao ponto de amplos sectores do movimento camponês e indígena se terem desvinculado directamente de Correa.

Embora muitos simpatizantes correistas tenham participado activamente nas mobilizações nas cidades e no campo, o aparato agrupado em torno do seu partido, *Fuerza Compromiso Social*, revelou um medo enorme de não poder controlar a mobilização e de que esta se voltasse contra si. De facto, o ex-presidente apenas pôde agrupar alguns

“A BATALHA CONTRA A AGENDA NEOLIBERAL TRANSFORMOU-SE NUM AUTÊNTICO LEVANTAMENTO REVOLUCIONÁRIO.”

jovens universitários em torno do seu jornal digital, *La Kolmena*, que não jogou nenhum papel real nos acontecimentos fora das redes sociais.

Com uma crescente perda de apoio entre as massas, Correa chamou à antecipação de eleições enquanto insinuou a sua intenção de se apresentar como candidato. As massas reagiram ao seu anúncio com cepticismo. No contexto da crise orgânica do capitalismo mundial, da guerra comercial e da queda do preço do petróleo, sem questionar as bases do sistema capitalista não haveria nenhuma diferença entre a gestão de Lenin Moreno e um novo governo de Correa.

Uma vitória incompleta: a tomada do poder era possível!

Perante esta situação insustentável, e depois de vários dias

“A DEBILIDADE DO ESTADO E A FORÇA DAS MASSAS EM ACÇÃO VOLTARÃO A COLOCAR A QUESTÃO DO PODER EM CIMA DA MESA.”

a suplicar por diálogo com os dirigentes das mobilizações, o presidente Lenin Moreno anunciou, depois de uma breve reunião com membros da CONAIE, a revogação do *Paquetazo*, sem nenhuma demissão ou destituição no governo. Esta medida foi acompanhada de uma série de promessas de investimento social. Imediatamente, as direcções da CONAIE e da FUT chamaram à desmobilização e a ordem voltou a Quito tão rapidamente como tinha desaparecido, não

sem alguma perplexidade por parte das massas que se levantaram e resistiram heroicamente.

O recuo do Governo e do FMI é uma vitória espectacular, fruto exclusivamente da luta combativa do povo equatoriano, que demonstra como travar os ataques à classe trabalhadora. O temor de perder tudo fez com que a burguesia cedesse uma parte.

Embora possam assumir outras formas, as medidas e os cortes para satisfazer o FMI voltarão mais cedo que tarde, além de novas jogadas para impedir um novo levantamento. A primeira ocorreu a 23 de Outubro, quando o Ministério da Justiça anunciou um processo contra Jaime Vargas, dirigente da CONAIE, pela sua acção nos protestos.

A debilidade do Estado e a força das massas em acção voltarão a colocar a questão do poder em cima da mesa. Efectivamente, as assembleias de camponeses, indígenas e trabalhadores estavam a demonstrar, por todo o país, como uma revolução socialista não é apenas viável, mas uma possibilidade real nos dias de hoje.

A Guarda Indígena impôs a ordem revolucionária na cidade, travando todo o tipo de pilhagens e provocações. As assembleias

Moreno e a demissão de alguns altos funcionários implicados na repressão. Também não foram poucos os dirigentes que apelaram à intervenção de uma delegação da ONU para travar a repressão e “respeitar” os direitos humanos.

O slogan mais repetido nos dias da ocupação de Quito não era outro senão “Fora Lenin”. Derrubar o governo como um todo era uma possibilidade incontestável. Mas não só. Assim como embriões de organismos de duplo poder surgiram espontaneamente nas províncias com maior população indígena e camponesa, como explicámos, a possibilidade de consolidá-los, estendê-los ao movimento operário e coordená-los em todo o país existia. Essa seria a única maneira de garantir, não apenas o travão do *Paquetazo*, mas também a aplicação de um programa socialista para romper com o capitalismo e a dependência imperialista e unificar as massas: educação pública gratuita e de qualidade; trabalho digno, estável e seguro para todos, com salários decentes; revogação de todas as contra-reformas laborais; nacionalização da banca, monopólios e latifúndios sob controle operário e camponês; plenos direitos económicos, sociais e políticos para as comunidades indígenas; suspensão dos acordos com o FMI e anulação da dívida contraída pelo Estado com as potências imperialistas.

Sem sombra de dúvida, os 12 dias de protestos ficarão gravados a ferros na consciência colectiva das massas equatorianas e de toda a região. Milhões de pessoas olharam com total simpatia e entusiasmo o levantamento do povo lutador do Equador, que coincidiu com explosões sociais massivas no Iraque, Líbano, Hong-Kong, Argentina, Uruguai, Catalunha, etc. À medida que o sistema vacila, é urgente construir um partido revolucionário consequente e capaz de levar a batalha até ao fim.

PELA FEDERAÇÃO DE REPÚBLICAS SOCIALISTAS DA AMÉRICA LATINA!
JUNTA-TE À ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA INTERNACIONAL!

EM DEFESA DO ABOLICIONISMO!

Sofia Cazal

«A prostituição destrói a igualdade, solidariedade e camaradagem entre as duas metades da classe trabalhadora. Um homem que compra os favores de uma mulher não a vê como uma camarada ou como pessoa com direitos iguais. (...) O desprezo que tem pela prostituta, cujos favores comprou, afecta a sua atitude para com todas as mulheres. O desenvolvimento da prostituição, ao invés de permitir o crescimento de sentimentos de camaradagem e solidariedade, fortalece a desigualdade das relações entre os sexos.»

Alexandra Kollontai

As bases materiais

Longe de ser a “mais velha profissão do mundo”, a prostituição surge com a propriedade privada, com a divisão da sociedade em classes sociais e com um desenvolvimento suficiente da circulação de mercadorias e dinheiro.

É, portanto, no século XIX, com a produção industrial capitalista e com uma grande massa de mulheres a ser deslocada para as cidades em condições de extrema insegurança e pobreza, forçada a vender não só a sua força de trabalho como também a o próprio corpo para sobreviver, que a prostituição se firma como uma enorme instituição social. Ela surge como a face oculta da família monogâmica burguesa: enquanto à mulher a liberdade sexual é estritamente condenada — para garantir a passagem hereditária da propriedade —, ao homem é conferida total liberdade para usar mulheres.

Sucintamente, estas são as origens históricas de um dos negócios mais lucrativos do mundo — a escravidão sexual. E desde o seu surgimento, este negócio é por sua vez uma parte fundamental da base económica do machismo, que se concretiza em todas as formas de violência contra as mulhe-

res — objectificação, assédio, violação... feminicídio.

As “soluções” burguesas

Perante a realidade brutal da venda de mulheres e crianças a nível global, historicamente, a burguesia afirmou antes de mais a sua moral de classe: condenou a prostituição ora como trágico reflexo da natureza humana, ilibando o capitalismo, ora como depravação dos “valores da família”, culpabilizando as prostitutas como doentes e criminosas — mulheres que escolheram a “vida fácil” — enquanto sustentou o desemprego, os salários e condições de vida miseráveis, a dependência da família e tudo o que condena mulheres à prostituição.

Como classe dominante, a burguesia só é capaz de apresentar soluções que não coloquem em causa o seu sistema. A primeira delas é a criminalização das prostitutas. O que realmente pretende com esta

“TRAVAMOS UM COMBATE CONSCIENTE CONTRA A PROSTITUIÇÃO E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS IDEOLÓGICAS.”

medida é a repressão e perseguição das mulheres pobres e das camadas mais vulneráveis da classe trabalhadora — como mulheres imigrantes e trans. Os marxistas só podem opor-se intransigentemente à criminalização e à perseguição das mulheres pobres.

Mas neste período de decadência orgânica do capitalismo, a burguesia procura quaisquer possibilidades de lucro, e alguns capitalistas vêem na legalização da prostituição uma oportunidade, com a oferta crescente de mulheres vítimas da austeridade.

Ao mesmo tempo, a legalização é uma resposta política.

Perante o ascenso da luta da classe trabalhadora e, neste aspecto, particularmente da luta feminista, a burguesia não pode servir-se apenas da repressão. A legalização

da prostituição, na verdade, significa para a burguesia um triunfo ideológico: um passo em frente na banalização descarada da compra e venda de mulheres pobres.

Não é uma coinci-

dência que o programa da legalização — que mascara as prostitutas como prestadoras de serviços e a máfia proxeneta como entidade patronal — esteja a ser adoptado e promovido pelo feminismo pequeno-burguês também em Portugal precisamente agora, em paralelo com o crescimento desenfreado do turismo. Como sempre, as direcções pequeno-burguesas do movimento operário e da esquerda funcionam como correia de transmissão da ideologia burguesa para dentro da classe traba-

lhadora.

Os promotores mais activos da legalização do proxenetismo estão muitas vezes envolvidos precisamente na indústria do sexo como empresários e pro-

prietários, ou têm perspectivas de o fazer com a legalização. Entre estes, estão até mesmo mulheres que vendem o seu corpo de forma independente ou têm os seus próprios negócios (algumas são

tuição como do próprio Estado burguês. É defender a manutenção da escravidão sexual com “melhores condições”, é manter ilusões de que o Estado burguês interviria a favor das mulheres prostituídas — e contra os proxenetes — quando ele actua invariavelmente a favor dos patrões pela sua própria natureza de Estado burguês.

É o cúmulo do idealismo pequeno-burguês julgar que

“O NEOCOLONIALISMO E O RACISMO TÊM UMA ESTREITA RELAÇÃO COM A PROSTITUIÇÃO.”

se pode anular por decreto a violência de um negócio que consiste no aprisionamento e na violação sistemática de mulheres. A prostituição não pode ser entendida a não ser na sua relação com o tráfico humano e com o grande capital, e não pode ser separada de maneira nenhuma do seu efeito na superestrutura social, i.e., na cultura e ideologia, que é o efeito de fortalecer o machismo e a violência contra as mulheres.

A legalização na Alemanha já provou isto para lá de qualquer dúvida, com o caso de Jürgen Rudloff, o auto-proclamado “rei dos bordéis” que foi preso por envolvimento em tráfico humano, por “coacção para a prostituição” e por fraude, cumprindo hoje a patética sentença de 5 anos. Nos bordéis do empresário Rudloff, que funcionam tal com os restantes milhares de bordéis espalhados por toda a Alemanha, mulheres chegavam através de redes de tráfico internacionais, eram aprisionadas, forçadas a prostituir-se e espancadas quando não conseguiam “atender” o número de “clientes” determinado pelos proxenetes. Nas palavras de uma destas mulheres, eram “tratadas como animais”.

A prostituição, depois da legalização, mantém-se exactamente igual. Tudo o que muda

é a sua dimensão: tem mais “clientes”, mais e maiores bordéis... e lucros multiplicados para os escravocratas do proxenetismo.

Um problema crescente

Em Portugal, neste momento, 56% das mulheres na prostituição são estrangeiras. A maioria destas são mulheres provenientes do Brasil, dos PALOP ou dos países da Europa de leste. Muitas chegam ao

país através do tráfico humano. Esta realidade, comum em todos os países europeus — na Alemanha a percentagem chega a ser de 85%! —, mostra bem como o neocolonialismo e o racismo têm uma estreita relação com a prostituição.

As consequências que a crise e a austeridade tiveram na prostituição em Portugal evidenciam mais uma vez a sua ligação directa com a pobreza. A prostituição continua a crescer no país, actualmente ainda mais do que no período da troika. O exorbitante preço das rendas, o salário mínimo nacional de miséria e a destruição dos serviços públicos lançam cada vez mais mulheres na prostituição, que começa a fazer-se de novas formas.

Uma destas novas formas é aquela que senhorios encontraram para entrar no negócio, aproveitando-se das rendas especulativas e da pobreza de milhares de mulheres. Em Lisboa e no Porto mulheres podem “alugar” quartos em troca de “favores íntimos”! Grandes proprietários transformam as suas propriedades em autênticos bordéis — apartamentos no centro de Lisboa têm mulheres a pagar rendas exorbitantes e a ser obrigadas a receber os seus “clientes” em casa, a um ritmo determinado pelo proprietário da casa.

Outra forma é o aparecimento de plataformas e aplicações online de prostituição. No website de uma destas plataformas, podemos ler coisas como “[esta] é uma aplicação multiplataforma de anúncios pessoais que prestam serviços na sua área geográfica”, ou ainda “existem dois intervenientes [na plataforma]: os clientes — definidos aqui e em diante como usuários e as prestadoras de serviço — definidos aqui e em diante como fruta”.

Como é evidente, a legalização da prostituição em Portugal teria exactamente os mesmos efeitos que na Alemanha, com a agravante de fazer deste país um destino de turismo sexual.

A posição de classe: o abolicionismo

A Esquerda Revolucionária trava um combate consciente contra a prostituição e as suas consequências ideológicas entre a classe trabalhadora. Isto só é possível com a destruição das bases materiais que a sustentam, e para isso é necessária a força e organização da nossa classe, a única que não tem qualquer interesse na prostituição e no machismo porque não tem qualquer interesse em ter metade da sua força subjugada ao patriarcado.

Não há barco ou camião que transporte mulheres traficadas sem necessitar de trabalhadores assalariados para funcionar. Não há contentor que seja descarregado sem ser pela mão de trabalhadores. O proletariado é a única classe capaz de acabar com a prostituição de uma vez por todas, organizando-se e conquistando o pleno emprego, habitação, saúde e educação gratuitas, acabando com o capitalismo e construindo uma sociedade onde nenhuma mulher seja tratada como uma mercadoria, uma sociedade socialista. ✪

GREVE GERAL HISTÓRICA!

MAIS DE DOIS MILHÕES NAS RUAS DA CATALUNHA, PELA REPÚBLICA E PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS

Esquerda Revolucionária Internacional

Versão completa em esquerdarevolucionaria.net

A Catalunha viveu a 18 de outubro um dia que entrará na história. Enfrentando a maior campanha de mentiras, desinformação e criminalização de que há memória, o povo catalão mais uma vez demonstrou a sua determinação. A greve geral paralisou todo o território e as manifestações bateram novamente um recorde de participação: mais de um milhão somente em Barcelona, e outro milhão ao longo do dia nas demais capitais catalãs e em centenas de localidades. Uma força tremenda que mostra o potencial de transformar a sociedade, varrer o regime de 78 e conquistar a república catalã dos trabalhadores e da juventude!

As imagens das

Marxes per la Llibertat (Marchas pela Liberdade), organizadas pela *Assemblea Nacional Catalana* (ANC) e *Òmnium Cultural* de Vic, Tàrraga, Tarragona, Girona e Berga e que convergiram em Barcelona à primeira hora da tarde falam por si. Pela manhã, centenas de milhares de estudantes, respondendo ao chamado do *Sindicat d'Estudiants* (Sindicato de Estudantes na Catalunha), voltaram a esvaziar as salas de aula e protagonizaram uma manifestação massiva que percorreu o centro de Barcelona desde as 12h00 num ambiente elétrico e combativo.

Os dados da greve geral são claros: enorme participação na educação e administração públicas; no comércio, com uma participação entre os 60 e os 80%; no transporte de viajantes, onde foi fortemente sentida no metro — menos 50% dos passageiros —, na empresa *Ferrocarrils de la Generalitat* (FGC) — menos 47.6% —,

nos autocarros e no porto da capital, onde os estivadores saíram numa coluna massiva em direção à grande manifestação. As ruas mais importantes de Barcelona, Tarragona, Lleida e Girona com quase nenhuma circulação de veículos e com cortes massivos organizados por piquetes em mais de uma dúzia de estradas, como a A-2, a AP-7 ou a N-340.

Segundo dados do empregador PIMEC, na indústria fecharam 30% das empresas e 68% dos trabalhadores fizeram greve, enquanto nos serviços os números foram 40% e 83,8% respectivamente. Estes números tornam-se mais relevantes se considerarmos que esta foi convocada pela *Intersindical-CSC*, pela *Unió Sindical dels Treballadors d'Ensenyament de Catalunya* (USTEC), da *Intersindical Alternativa de Catalunya* (IAC), pelo *Sindicat d'Estudiants*, pelo *Sindicat d'Estudiants dels Països Catalans* (SEPC) e outros colectivos sociais e da esquerda militante. Em nenhum caso receberam o apoio das direcções da UGT e da CCOO, que convocaram uma greve a contragosto, a 3 de outubro de 2017, mas que nesta ocasião se refugiaram nas saias

do regime de 78, do governo do PSOE e dos meios de comunicação.

É por isso que esta greve geral é ainda mais importante. Diante de um boicote formidável de todos os lados demonstrou que as direcções das CCOO e da UGT podem ser amplamente superadas e que a campanha de criminalização e repressão desencadeada pelo nacionalismo espanhol e um aparato estatal herdado da ditadura não abalou milhões de trabalhadores e jovens da Catalunha que saíram para lutar por direitos democráticos, contra a repressão e pela república.

Pela tarde a manifestação em Barcelona foi novamente massiva: centenas de milhares de pessoas não conseguiram chegar ao percurso da manifestação e vários pontos (da *Diagonal à Gran Via*, passando por *Passeig Gràcia*, boa parte das *Ramblas* e da *Plaza Catalunya*) estavam a transbordar de gente. Mais de um milhão de pessoas manifestaram-se pacificamente, deixando claro que a crise revolucionária aberta com o referendo no dia 1 de Outubro de 2017 permanece latente.



Repressão e infiltração policial

Assistimos, nos últimos dias, a um levante de um povo que não apenas luta contra a sentença infame de um tribunal cheio de franquistas, mas também reivindica o seu legítimo direito a decidir e o seu compromisso com uma república que supere o pesadelo que representa o regime de 78.

Nestes dias, como nos últimos anos, testemunhámos uma resposta massiva e pacífica de milhões de trabalhadores, jovens, de uma população cansada de ser amordaçada e ver negados os seus direitos sociais e democráticos mais elementares. E essa demonstração de força é muito distinta das acções de algumas centenas de jovens encapuzados, muitos deles incentivados por infiltrados e provocadores da polícia, que acreditam que queimar caixotes do lixo e enfrentar a repressão policial com pedras trará resultados.

Esse tipo de violência marginal e individual é um beco sem saída, não serve para combater a violência massiva do aparato estatal e das suas forças policiais. Pelo contrário, serve a campanha de criminalização que o governo de Pedro Sánchez, o *Partido Popular* (PP) e os *Ciudadanos* (Cs) planearam desde o início para transmitir a ideia de que povo catalão e terrorismo são sinónimos.

Não é a primeira vez na história que este tipo de manobra ocorre. O objetivo do regime de 78, do governo do PSOE que a ele se rendeu, do Cs e do PP, não é outro senão tentar isolar a luta do povo da Catalunha do resto do Estado, ao mesmo tempo que ocultam o seu próprio uso daquilo a que chamam de violência “legítima”, impedindo a democracia à pancada, aprisionando aqueles que organizam um referendo e condenando-os a penas incríveis, dando asas à acção de fascistas que confraternizam impunemente com os Mossos *d'Esquadra* e com a polícia nacional, enquanto agridem selvaticamente jovens indefesos.

E esta escalada repressiva será endurecida e lançada contra todas as organizações, quaisquer que sejam, que ameacem a actual ordem capitalista. A decisão da Audiência Nacional de fechar os sites do “tsunami demo-

cràtic” (grupo de organização de manifestações) sob a acusação de “terrorismo”, não é apenas uma agressão brutal à liberdade de expressão, é um aviso a todas as outras organizações que tentem o mesmo. A “democracia” para a classe dominante e para o seu Estado só é tolerável se não contradizer os seus interesses, caso contrário será suprimida sem qualquer problema. Mas para tal é preciso introduzir um discurso baseado em manipulação e mentiras, e que um sector da população o aceite.

O povo catalão e os jovens na vanguarda ensinaram uma lição aos que clamam por mais repressão policial ou que pedem o Estado de excepção, à direita catalã que está instalada no *Govern* e enche a boca de “desobediência” enquanto envia os mossos

“A “UNIDADE SAGRADA DA PÁTRIA” FOI CONSAGRADA NA CONSTITUIÇÃO DE 78 COMO UMA EXIGÊNCIA DOS HERDEIROS DO FRANQUISMO. O QUE ESTAMOS A VIVER É A REJEIÇÃO MASSIVA DE UM REGIME.”

para nos agredir a ver se saímos das ruas e mantém no seu cargo um Ministro do Interior que deveria ter sido demitido fulminantemente.

Só podemos lamentar a posição dos líderes do *Unidas Podemos*, que novamente perdeu uma grande oportunidade de denunciar os responsáveis por essa situação, exigir o fim da repressão, defender o direito à autodeterminação e à república e combater esta campanha de mentiras e criminalização. Em vez de liderar as mobilizações solidárias em todo o Estado, exortando a classe trabalhadora e a juventude a apoiar os seus irmãos e irmãs catalães, Pablo Iglesias e Alberto Garzón fazem sermões sobre aceitar a legalidade da ordem monárquica.

É incrível que aqueles que vieram “combater a casta” e “assaltar os céus” se posicionem com a “ordem constitucional” dos cassetetes, das balas de borracha, do gás lacrimogéneo e da decisão do Supremo Tribunal. No próximo 14 de Abril, muitos desses líderes hão de passear a bandeira tricolor, mas quando é hora de apoiar um povo inteiro que luta pela república, escondem-se atrás dos assentos parlamentares.

A “unidade sagrada da pátria” foi consagrada na Constituição de 78 como uma exigência dos herdeiros do franquismo. Nunca se perguntou ao povo catalão nem a nenhum outro se queria essa unidade imposta sob ameaça militar. Agora, o aparato estatal herdado diretamente da ditadura declarou guerra ao povo da Catalunha, negando o seu direito legítimo de decidir.

O que estamos a viver é a rejeição massiva de um regime, o de 78, que continua a ter gravíssimas taras autoritárias e reaccionárias, começando com a mesma monarquia que foi imposta pelo ditador e que levou os trabalhadores e a juventude da Catalunha e do resto do Estado a um pesadelo. Anos de cortes

social brutais, despejos, desemprego crónico, precariedade e salários miseráveis, marginalização nos nossos bairros, privatização da educação e saúde públicas... enquanto os bancos são salvos com dinheiro público, os políticos corruptos são amnistiados, os violadores são condenados a penas ridículas por uma justiça de classe e patriarcal e os nossos direitos democráticos reprimidos pela lei *Mordaza*.

Por um plano de luta para conquistar a república dos trabalhadores e da juventude

É mais do que evidente que no movimento de libertação nacional catalão há um conflito crescente entre, por um lado, as centenas de milhares de jovens, trabalhadores e amplos sectores da população que querem levar até ao fim a luta por uma república e, por outro lado, o programa da direita catalã que tem um peso decisivo no *Govern*, assim como o programa daquelas formações, como a *Esquerra Republicana de Catalunya* (ERC), que procuram um acordo com o Estado e o governo do PSOE para esvaziar as ruas e voltar a uma “normalidade” que lhes permita

fazer a mesma política de sempre.

Esta contradição manifestou-se nestes dias com a repressão dos mossos e as exigências de demissão do Ministro do Interior, Buch, ou com a oposição à continuidade de políticas de cortes e privatizações que também são apoiadas pela liderança da ERC. É por isso que devemos tirar lições da experiência destes anos.

É necessário que toda a esquerda política e sindical combativa e todos os movimentos sociais ergam um plano de acção prolongado ao longo do tempo, com um calendário claro de greves gerais que gerem apoio massivo da população.

Conseguir um movimento de resistência desta envergadura exige que fique claro que lutamos por uma república socialista em benefício dos explorados e oprimidos, e não para que continue no poder a oligarquia económica de sempre, mesmo que se vista com a *Estelada*. Uma república que nacionalize os sectores fundamentais da economia, bancos e grandes monopólios, e que ponha definitivamente fim ao pesadelo dos cortes, à falta de habitação pública e acessível, à precariedade e salários miseráveis, à violência patriarcal e à destruição do meio ambiente. Assim também convenceremos os trabalhadores e jovens do resto do Estado, e muitos outros na Catalunha, de que esta república e esta causa também são suas. As bases exigem uma estratégia clara para enfrentar a repressão do Estado e tornar a república uma realidade. O factor fundamental que o impede é o peso decisivo que continuam a ter na direcção do movimento os sectores que aceitam o capitalismo como o único sistema possível e se recusam a unir a libertação nacional à transformação socialista da sociedade. Para superar este obstáculo, não basta lutar, precisamos agir conscientemente para construir um partido dos trabalhadores e da juventude que erga esse programa revolucionário e internacionalista.

JUNTA-TE À ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA PARA CONSTRUIR A ESQUERDA COMBATIVA!



Manifestação Orgulho LGBT, Madrid, 2 de Julho de 2018. Foto: Reuters.

QUEREMOS SER O QUE SOMOS CONTROLO DEMOCRÁTICO DO SISTEMA DE ENSINO!

O sistema de ensino, em capitalismo, é usado para incutir em cada nova geração as ideias que facilitam a reprodução do sistema. A escola e a universidade não são, por isso, apenas espaços de “estudo”, são espaços de reprodução da opressão e da exploração, assim como de luta contra elas.

O desinvestimento no sistema educativo, o empobrecimento das famílias de classe trabalhadora, a degradação crescente das condições de trabalho dos professores e restantes trabalhadores da educação, a falta de acompanhamento psicológico para estudantes e professores, etc., criam todas as condições para um aumento da violência, muitas vezes física, que afecta principalmente os sectores oprimidos. Os estudantes LGBT são um destes sectores.

Em 2018, o Observatório da Discriminação recebeu 186 denúncias de violência. Porém, associações como a ILGA estimam que apenas 20,13% das pessoas apresentam queixa. Isto, claro, tem impacto na saúde mental. Entre a juventude, os dados são revoltantes: mais de 80% das crianças e adoles-

centes transexuais pensam em cometer suicídio e mais de 40% tentam suicidar-se.

A isto somam-se, claro, os currículos escolares que não lidam de forma alguma com as necessidades dos jovens, não educam para a igualdade de género, não educam contra o machismo e a homofobia, aliás, muito pelo contrário, reproduzem ideias reaccionárias das mais variadas formas.

Um governo pintado de arco-íris

Perante isto, os avanços legais durante o governo PS são sabotados pela sua política geral. Governar para os grandes capitalistas e cumprir os ditames de Bruxelas significa sempre manter e aumentar a austeridade, portanto manter e aumentar a opressão dos trabalhadores e jovens LGBT, independentemente das leis que sejam aprovadas.

Como todos os trabalhadores, os LGBT sofrem com o desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde (SNS), com a agravante da constante discriminação; sofrem com a gentrificação e o aumento exponencial das rendas que obriga milhares de jovens e trabalhadores LGBT

a permanecer em ambientes familiares violentos; sofrem com um código laboral que permite aos patrões despedir, assediar e discriminar a seu bel prazer.

E enquanto o PS se pinta com as cores do arco-íris, a direita e a extrema-direita defendem o ideal burguês de família, apresentam as pessoas LGBT como física e moralmente doentes, preparam-se para, na primeira oportunidade, fazer recuar todos os direitos conquistados.

A única solução é a luta!

Cinquenta anos depois dos protestos de Stonewall, a luta por um mundo livre do capitalismo e, por isso, livre do patriarcado continua. Esta luta é de toda a classe trabalhadora — que é a esmagadora maioria das pessoas LGBT porque é a maioria da humanidade.

O Sindicato de Estudantes organiza-se para conquistar meios de apoio psicológico, educação sexual inclusiva nas escolas, programas lectivos que abordem a opressão de género e a luta feminista e LGBT ao longo da história.

Isto, claro, só será possível com um aumento massivo do investimento no sistema públi-

co de ensino, com a sua gratuidade e colocando-o sob gestão democrática das organizações dos trabalhadores e estudantes. Sob este controlo democrático, os problemas que agora enfrentamos não teriam quaisquer condições para continuar a existir. O isolamento individual, as ideias reaccionárias, a violência de género e todos os tipos de violência só podem ser eficazmente combatidos com o envolvimento de toda a comunidade escolar na vida social e política dos locais de estudo, nos processos de discussão e decisão sobre as nossas vidas. É hora de nós, os filhos da classe trabalhadora, construirmos um sistema de ensino completamente novo e capaz de responder às nossas necessidades!

JUNTA-TE AO SINDICATO DE ESTUDANTES!

POR UMA EDUCAÇÃO SEXUAL INCLUSIVA!

POR EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRÁTUITA E DE QUALIDADE!

PELO CONTROLO DEMOCRÁTICO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO!